



A PRUDÊNCIA COMO PRINCÍPIO NO PROJETO EDUCACIONAL DE ALBERTO MAGNO

PRUDENCE AS A PRINCIPLE IN ALBERTO MAGNO'S EDUCATIONAL PROJECT

LA PRUDENCIA COMO PRINCIPIO EN EL PROYECTO EDUCACIONAL DE ALBERTO MAGNO

Larissa Moreira da Costa

<https://orcid.org/0000-0001-7845-4553>

Terezinha Oliveira

<https://orcid.org/0000-0001-5349-1059>

Bruna Castelhana de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0002-3967-8439>

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar o conceito de prudência em Alberto Magno (1200-1280), entendendo-o como base do seu projeto educacional. Nossa fonte principal de análise é o *Tratado de prudentia* contido na obra *Tractatus de Natura Bono* (1243). Nela, o autor apresenta a necessidade da formação de uma sociedade baseada no bem comum, tendo como princípio de suas ações a virtude da prudência. Segundo o autor, esta virtude é considerada como a maior de todas, pois tem como propósito guiar o homem à escolha de boas ações que assegurem o bem comum social. Seguindo essa máxima, buscamos compreender quais seriam os princípios pedagógicos para a formação de uma pessoa virtuosa, em consonância com o autor. Devido a essa questão, buscamos também refletir sobre a importância desse intelectual no âmbito da história da educação. É possível observar que, de acordo com Alberto Magno, a virtuosidade potencialmente poderia promover o bem na sociedade e, por conseguinte, colaboraria com a justiça e com a preservação da humanidade. Para a elaboração desse artigo, elegemos alguns princípios da História Social apresentados no âmbito da *Escola dos Annales* e consideramos o conceito de longa duração, elaborado por Braudel (1978), como aspectos teórico-metodológicos essenciais ao nosso estudo.

Palavras-chave: Virtude da Prudência. História da Educação Medieval. Intelectual.

Abstract: The purpose of this article is to present the concept of prudence in Albertus Magnus (1200-1280), understanding it as the basis of his educational project. Our main source of analysis will be the *tractatus de prudentia* contained in the work *Tractatus de Natura Bono* (1243). In it, the author presents the need to form a society based on the common good, having the virtue of prudence as the principle of its actions. According to the author, this virtue is considered the greatest of all others, as it aims to guide man to choose good actions that ensure the common social good. Following this maxim, we will seek to understand what would be the pe-

pedagogical principles for the formation of a virtuous person, in line with the author. Due to this relevant issue, we also intend to reflect on the importance of this intellectual in the context of the history of education. It is possible to observe that, according to Albertus Magnus, when a person is educated based on virtuosity, he or she could potentially promote good in society and would collaborate with justice, consequently, with the preservation of humanity. We also point out that for the elaboration of this article, we selected some principles of social history presented within the scope of the *Annales* School, and we consider the concept of long duration, elaborated by Braudel (1990), as essential theoretical-methodological elements for our study.

Keywords: Virtue of Prudence. History of Medieval Education. Intellectual.

Resumen: El objetivo de este artículo es presentar el concepto de prudencia en Alberto Magno (1200-1280), entendiéndolo como base de su proyecto educativo. Nuestra principal fuente de análisis será el Tratado de prudencia contenido en la obra *Tractatus de Natura Bono* (1243). En él, el autor presenta la necesidad de formar una sociedad basada en el bien común, teniendo la virtud de la prudencia como principio de sus acciones. Según el autor, esta virtud es considerada la mayor de todas las demás, ya que tiene como objetivo guiar al hombre a elegir buenas acciones que aseguren el bien social común. Siguiendo esta máxima, buscaremos comprender cuáles serían los principios pedagógicos para la formación de una persona virtuosa, en la línea del autor. Por esta relevante cuestión, también pretendemos reflexionar sobre la importancia de este intelectual en el contexto de la historia de la educación. Es posible observar que, según Alberto Magno, cuando una persona es educada en base al virtuosismo, podría potencialmente promover el bien en la sociedad y, por tanto, colaborar con la equidad y consecuentemente con la preservación de la humanidad. Señalamos también que, para la elaboración de este artículo, elegimos algunos principios de la historia social presentados en el ámbito de la *Escola dos Annales* y consideramos el concepto de larga duración, elaborado por Braudel (1990), como elemento teórico-metodológico fundamental para los aspectos de nuestro estudio.

Palabras-clave: Virtud de la Prudencia. Historia de la Educación Medieval. Intelectual.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar o conceito de prudência no escrito *Tratado de prudentia* de Alberto Magno (1200-1280) a fim de compreender essa virtude como uma das bases de seu projeto de formação humana.

Alberto Magno foi um mestre dominicano, professor na Universidade de Paris, o maior centro de do século XIII. Por volta de 1200, ele nasceu em Lauingen (estado da Bavária) e faleceu em 1280, na mesma cidade. Por meio de suas aulas e obras, influenciou pensadores como Tomás de Aquino (1225-1274).

Como afirma Rodrigues (2015), Alberto Magno tornou-se um dos maiores intelectuais do período e trabalhou em defesa do conhecimento, chegando a ser reconhecido como *Doctor Universalis*, isso porque se dispôs a tratar em seus escritos todo o *corpus* de textos de Aristóteles disponível no Ocidente. O ponto de partida de suas reflexões foi a ideia de que o conhecimento não podia prescindir da fé cristã e da filosofia greco-latina. Raschietti (2017) assinala que, em 1248, Alberto Magno fundou em Colônia o *Studium generale*, instituição que propiciou aos dominicanos da província alemã estudo e conhecimento científico. Teria sido em virtude dessa fundação que ele ficou conhecido em toda a província.

De acordo com Rodrigues (2015), o século XIII ocidental foi marcado por grandes transformações, dentre elas o desenvolvimento comercial e urbano desencadeado no século XII, o surgimento das universidades e das Ordens Mendicantes e, dentre elas a dos dominicanos/pregadores da qual Alberto Magno foi membro expressivo.

Em 1223, o segundo Mestre geral da Ordem dos pregadores Jordão Saxônia (1190-1237) foi à Pádua para pregar aos jovens e essas pregações teriam influenciado Alberto Magno. Entre os 16 e 17 anos, o autor ingressou na ordem Dominicana e, mais tarde, foi enviado ao convento de Colônia para finalizar seus estudos e, foi aí que iniciou sua carreira como professor (RASCHIETI, 2017).

No ano de 1240 foi enviado a Paris, onde foi reconhecido como Mestre em Teologia (1245), regendo duas cátedras dominicanas no Convento de Saint Jacques. Foi neste período que iniciou seus estudos filosóficos e morais (RASCHIETTI, 2017).

Em relação ao desenvolvimento do pensamento de Alberto Magno (1200-1280), Raschietti (2017) apresenta que foi a partir do surgimento das universidades como centros do saber, no século XIII, que Alberto Magno passou a ser considerado como grande nome do conhecimento. Em seus estudos procurou desenvolver a relação entre a filosofia grega e a teologia, chegando a ser reconhecido como um dos principais intelectuais do século XIII. Não podemos deixar de mencionar, também, que ele foi um dos autores que mais difundiu a escolástica como princípio fundamental para o conhecimento.

Autor de grandes obras, dentre as quais destacam-se *Tractatus de natura Bono* (1243) onde está inserido o *Tratado de prudentia*, *Comentários ao Corpus Aristotelicum* (1252) e *De anima* (1257), Alberto Magno dedicou sua vida aos estudos, ensino e evangelização. É necessário notarmos que o público não teve acesso a muitas dessas obras, isso porque foram perdidas ou não foram traduzidas, como no caso do Brasil, para o português, por exemplo.

Nossa principal fonte de pesquisa, *O Tratado sobre a prudência*¹, inserido na obra *Tractatus de natura Bono* (1243) evidencia que Alberto Magno defendeu a ideia de bem comum como princípio para uma vida em sociedade. Por considerar que para a garantia desse princípio era necessário que os indivíduos fossem dotados de virtudes como fortaleza, temperança, justiça e prudência, indicou que a prudência seria a maior de todas as virtudes, posto que o homem só poderia agir com justiça, temperança e força se fosse prudente. É nesse sentido que o autor desenvolveu o que consideramos ser sua proposta educativa, que por sua vez indicava a necessidade da formação moral de um homem prudente (RODRIGUES, 2015).

1 Nesta pesquisa usamos o Tratado de prudentia da edição crítica coloniense: *Sancti Doctoris Ecclesiae ALBERTI MAGNI Ordinis Fratrum Praedicatorum Episcopi. De bono. Tractatus quartus. De Prudentia. Coloniae: Monasterii Westfolorum in aedibus Aschendorff, 1951, p. 217-258. A tradução do latim para a língua portuguesa, foi realizada pelo professor Matteo Raschietti (2017).*

Observamos ainda que pesquisa está teoricamente respaldada nas orientações da História Social e na perspectiva de longa duração, as quais apresentam o princípio de que a história é construída pela análise do sujeito e suas relações, superando a visão unilateral dos fatos históricos, analisando as permanências e transformações temporais do processo histórico (RODRIGUES, 2015). Para compreendermos o movimento da história e a importância de longa duração, recorreremos a Fernand Braudel (1978) e Marc Bloch (2001), autores da Escola dos Annales. Essa corrente de pensamento abriu o campo da história para o estudo de atividades humanas e substituiu o tempo breve da história dos acontecimentos pela longa duração, capaz de tornar inteligíveis os fatos de civilização ou as mentalidades (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001).

Fernand Braudel (1978, p. 53), na obra *Escritos sobre a História*, afirma que a “[...] história é a soma de todas as histórias possíveis”, assim, é possível entender a relevância da História Social e da longa duração para o estudo da história da educação. O autor apresenta a ideia de que o tempo é algo estrutural e que por meio dele é possível repensar os problemas atuais.

Em consonância com as formulações de Braudel (1978) acerca da longa duração, consideramos que estudar a história é necessário para a compreensão da sociedade atual, pois a nossa época configura-se segundo as ações dos homens do passado. Neste sentido March Bloch (2001, p. 8), também ao usar a ideia de longa duração, aponta que “Nenhum objeto tem movimento na sociedade humana exceto pela significação que os homens lhe atribuem, e são as questões que condicionam os objetos e não o oposto [...]”. Em outras palavras, o presente e o passado não se separam, pois há uma relação entre o que aconteceu, as suas consequências e resultados no presente. Desse modo, é por meio do estudo que a história e os acontecimentos ganham significado.

Ao nos apropriarmos do conceito de longa duração, a partir das formulações de Braudel (1978) e Bloch (2001), percebemos a relevância do estudo da história para compreender a sociedade considerando suas transformações e, portanto, para legitimar a história como fonte de conhecimento.

Segundo Rodrigues (2015), a análise das obras de Alberto Magno se faz importante a medida em que, por meio do estudo da educação dos homens do XIII, elas nos permitem compreender a formação humana. Portanto, esse é o objetivo deste trabalho, pois recorreremos ao século XIII, em especial a Alberto Magno, para compreendermos as bases educacionais desse período de forma a refletirmos como a prudência, segundo o autor, pode interferir no processo educacional e moral do indivíduo e, conseqüentemente, na sociedade em que ele se insere.

ALBERTO MAGNO: REFLEXÕES SOBRE O HOMEM MEDIEVAL

Alberto Magno foi um autor de grande relevância para o conhecimento do século XIII. Conforme Di Mare (2002), ele harmonizou a filosofia aristotélica com os conhecimentos da física, astronomia, geografia, zoologia, botânica, química e medicina, apresentando a ideia de que o conhecimento deveria ser adquirido por meio da fusão das doutrinas religiosas com o conhecimento racional, exatamente por isso foi considerado um dos maiores escolásticos medievais (OLIVEIRA, 2010), junto com o seu discípulo Tomás de Aquino.

Em relação ao desenvolvimento do pensamento do filósofo, Raschiatti (2017) salienta que, com o intuito de formar um novo homem social compatível com o cenário histórico, Alberto Magno desenvolveu seu pensamento educacional e moral amparado nos pensamentos aristotélicos. Com ampliação das cidades e a dinamização da vida cidadina, uma nova mentalidade social foi gerada e nela o poder do senhor feudal perdia cada vez mais espaço na sociedade, favorecendo o desenvolvimento de ideias como as defendidas por Alberto Magno. Partindo desses pressupostos, entendemos ser necessário analisar quais foram essas mudanças e como elas influenciaram o pensamento do autor. Desse modo, seguindo os princípios indicados por Braudel (1978) e Bloch (2001), é preciso considerar as transformações sociais do século XII, visto que foram elas que influenciaram as mudanças do século seguinte, quando Alberto Magno desenvolveu sua teoria educacional e moral. Consideramos, então, duas importantes instituições para o desenvolvimento do pensamento de Alberto Magno: A Ordem dos Pregadores e a Universidade.

Segundo Le Goff (2007), desde o ano 1000 houve no Ocidente medieval um aumento populacional que proporcionou um fenômeno social denominado como “urbanização”, que por sua vez originou “uma teia” de cidades que se tornaram centros administrativos, militares, culturais políticos e econômicos.

Com a urbanização, a cidade passou a compor-se como principal ambiente de relações econômicas. As trocas de produtos foram substituídas pelo uso do dinheiro, reanimando a ocupação das cidades. Dessa forma, a economia, até então baseada na atividade agrícola, passou a ter no comércio um braço importante (LE GOFF, 2007).

Todas essas transformações favoreceram o aparecimento de novos trabalhadores como os mercadores e artífices. Com o desenvolvimento das cidades o trabalho passou a ser organizado sob a formação de corporação de ofício. Nelas existia uma imbricada divisão do trabalho, na qual o mestre era a pessoa que detinha o saber de um dado ofício, por isso, os aprendizes ficavam junto com ele e, normalmente, depois de quinze anos de experiência poderiam tornar-se mestres no ofício aprendido; além desses, havia também os jornaleiros, que trabalhavam por soldos diários ou semanais. Já os mercadores surgiram como representantes do principal objeto comercial, a moeda. Assim, entre os mercadores, aparecem os cambistas, “os banqueiros” da época, responsáveis por oferecer créditos e empréstimos aos comerciantes, substituindo, posteriormente, os judeus e os mosteiros nessa função.

Até o momento os judeus e os mosteiros emprestavam dinheiro a crédito [...] às modestas necessidades da alta Idade Média [...], com a revolução os judeus que até então emprestavam para gastos considerados de pequeno consumo passam a condição de usuários (LE GOFF, 2007, p. 10).

Nessa nova sociedade, a Igreja que até então era grande dominadora, investiu recursos os quais somente ela possuía, além disso, se adaptou às transformações por meio de discursos de cunho espiritual para sobressair-se.

No ano mil, quando o desenvolvimento econômico, em particular o que se referia à construção civil, exigiu financiamentos que ninguém poderia fornecer, a Igreja desenterrou tesouros acumulados usando o discurso de que aconteciam milagres. Na época de inovações ligadas à construção de ou à renovação de catedrais ou mosteiros, as liturgias eram voltadas aos milagres que faziam descobrir tesouros.

Claro que isto que se faz numa atmosfera de milagres, cuja roupagem dramaturgia não nos deve ocultar as realidades econômicas. Quando um bispo ou um abade queria aumentar, reconstruir sua catedral, seu mosteiro, logo um milagre lhe fazia descobrir o tesouro enterrado que lhe permitia, senão concluir, pelo menos sua empresa (LE GOFF, 2005, p. 76).

Até finais do século XI, a Igreja protegia o comerciante e defendia a ideia de que o trabalho era uma punição definida por Gênesis como castigo ao homem decaído, era a penitência para ganhar o céu (LE GOFF, 2005).

Desta forma, por meio dessas inovações, a desigualdade aumentou expressivamente, isso porque segundo Nunes (1979), quando a cidade se tornou centro econômico e de poder conferiu prerrogativas a um grupo de homens considerados cidadãos e burgueses, que gozavam de liberdades e privilégios em detrimento aos demais.

A liberdade e a igualdade passaram a ser baseadas em um juramento cívico e comunal dando aos iguais os mesmos direitos. Contudo, isso não significou o fim da desigualdade, proveniente das posses do solo e dos imóveis urbanos, das rendas e do dinheiro. Assim, a fome, violência e as lutas sociais passaram a ser constantes na Europa, além de lutas de resistências de grupos dominados, como os artesãos (LE GOFF, 2005).

Como meio de resposta ao desenvolvimento social no fim século XII, a Igreja passou por algumas adaptações, adotando a pregação de ideais que lhe eram convenientes, como a idealização da pobreza. Nesse sentido, em um período em que a prosperidade se alargava e o dinheiro circulava, ela ofereceu, a alguns bem-sucedidos aflitos, a ideia de retorno à pobreza e simplicidade como meio de alcançar o céu. Estes ideais deram vasão à gênese de novas ordens que pregavam a necessidade de voltar-se para a solidão e reencontrar os valores cristãos (LE GOFF, 2007).

Esse cenário de mudanças reunia em si aspectos antagônicos que coexistiam, como a riqueza produzida pelas cidades e pelo comércio e, concomitantemente, a pobreza produzida pelas mesmas transformações que permitiram o enriquecimento citadino e comercial.

[...] Deu origem a novas ordens que afirmavam a necessidade de ir ao deserto reencontrar na solidão os verdadeiros valores dos quais o mundo ocidental parecia afastar sem cessar, mas que ao preconizar o trabalho manual, ao organizar novas formas de atividade econômica combinando os novos métodos de cultura (afolhamento trienal), o recurso mais intenso à criação de animais produtores de lã e fornecedores da industrial têxtil, e a adoção de inovações técnicas (moinho, ferrarias), perpetuaram e transformaram a tradição beneditina a seu exemplo econômico (LE GOFF, 2005, p. 78).

Desta forma, Nunes (1979) observa que, no século XIII, foram estabelecidas as primeiras Ordens Mendicantes por Francisco de Assis. Uma parte dos homens, nutridos por um ideal de santificação e devoção ao serviço do povo cristão, os frades medicantes adotaram a vida de pobreza como um modo de afastar-se dos perigos da riqueza, especialmente àquela oriunda do comércio. Eles se dedicaram à pregação da penitência aos pobres e aos burgueses. Uma das principais características desta Ordem era a dedicação ao estudo. Por isso, os frades precisavam trabalhar pelo Reino de Deus e, por conseguinte, pela vida na pobreza, mas deveriam também se dedicar ao conhecimento.

No começo do século XIII foram estabelecidas as primeiras Ordens Mendicantes por São Francisco de Assis e por São Domingos de Gusmão. Essas novas instituições religiosas correspondiam ao espírito da época, uma vez que os monges viviam fechados nos seus mosteiros levados pelo ideal da santificação pessoal e do louvor divino e só participaram de atividades missionárias na primeira Idade Média devido à convocação feita pelos papas e por terem sido então os únicos manípulos organizado de que a Igreja pudera lançar mão para a evangelização dos bárbaros. No século XIII os frades mendicantes nutrem outro ideal pois, além de buscarem a própria santificação, têm por objetivo prestar serviços especiais ao povo cristão. Assim, os franciscanos adotam a mais estrita pobreza de vida, como advertência evangélica contra o perigo das riquezas na época de renovação econômica, assim como também se dedicam à pregação da penitência aos pobres e aos burgueses principalmente, tendo ainda se dedicado à atividade docente nas universidades [...] (NUNES, 1979, p. 192).

Os frades dominicanos, por seu turno, surgiram no combate às heresias no século XIII, quando São Domingos entendeu que a Igreja necessitava de homens sábios, penitentes e ilustrados. Assim, formou-se a Ordem dos Pregadores (1215), que se destacou por muito tempo nas cátedras universitárias e desenvolveu o apostolado urbano e missionário. Por meio do estudo da bíblia e da filosofia, os dominicanos faziam voto de pobreza, praticavam a penitência e trabalhavam para o reino de Deus. Essa Ordem, segundo Nunes (1979), dedicou-se à contemplação da verdade divina, defendeu o reino da fé e anunciou o Reino de Deus por meio de pregações doutrinárias, posto que seu fundador acreditava na pregação como modo de combate às heresias e de conversão.

Os dominicanos percorriam regiões e cidades, pregando sermões e difundindo o conhecimento teológico, buscando promover uma compreensão mais profunda da fé cris-

tã. Por meio de suas pregações, eles procuravam despertar a consciência religiosa das pessoas, incentivando-as a se arrependem de seus pecados, viverem uma vida virtuosa e se aproximarem de Deus. Dado esse empenho, em 1216, essa Ordem foi oficialmente reconhecida pela Igreja Católica por meio da bula papal *Religiosam vitam* emitida pelo papa Honório III (NUNES, 1979).

De acordo com Nunes (1979), o reconhecimento oficial conferiu à Ordem certa autoridade eclesiástica assentida pela autoridade da Igreja. Como resultado, a Ordem Dominicana recebeu permissão para estabelecer conventos, receber membros e praticar suas atividades pastorais e missionárias em conformidade com as diretrizes pela Igreja - o que, mais tarde, permitiu-a fazer parte da Universidade de Paris, onde ganhou importantes participantes como Alberto Magno e Tomás de Aquino.

[...] Os dominicanos, sobre serem também austeros e piedosos, defenderam a Igreja e anunciaram o reino de Deus por meio de pregações doutrinárias e profundas, com os livros e a intensa vida de estudo. São Domingos fundou a Ordem dos Pregadores - daí as iniciais apostas aos nomes dos dominicanos: O. P.- em 1215, tendo adotado a Regra de Santo Agostinho, certos costumes premonstratenses e tendo conferido a essas normas novo espírito e nova direção, de acordo com o seu ideal. Em 22 de dezembro de 1216 o papa Honório III confirmou o nome e a missão dos Pregadores. A Ordem Dominicana estava oficialmente reconhecida pela Igreja e logo se introduziu na universidade de Paris onde refulgiram seus filhos, Santo Alberto Magno e Santo Tomás de Aquino (NUNES, 1979, p. 192).

Ao reconhecermos que a Ordem dos Pregadores foi uma importante instituição para o desenvolvimento do pensamento de Alberto Magno, torna-se possível entender que essa Ordem fundamentava-se no conhecimento e estudo não apenas oriundos da *Bíblia*, mas também das ideias filosóficas difundidas nas Universidades. Contudo, como essas Universidades surgiram e como influenciaram o pensamento de Alberto Magno?

Segundo Le Goff (2005), foram as transformações do século XII que favoreceram o desenvolvimento educacional do século seguinte, pois, o século XIII foi considerado o apogeu do Ocidente Medieval devido ao crescimento populacional urbano e o surgimento das novas instituições na Europa, como os centros de ensinos independentes das ordens episcopais.

O autor sobredito ressalta ainda que as escolas do século XII eram comparadas aos estabelecimentos seculares, com níveis variáveis quase sempre elementares (leitura, canto, cômputo). Apenas alguns centros ofereciam ensino de qualidade. Com a implantação das artes liberais e a teologia esse movimento atraiu alunos de outras regiões que estavam em busca de conhecimento (VERGER, 1996). Segundo De Boni (2010), até 1200, no mundo Ocidental, o conhecimento era constituído por palavras de salvação, ou seja, na revelação teológica submetida ao poder eclesiástico. A partir da tradução dos textos filosó-

ficos surgiram no Ocidente uma nova visão de mundo, uma leitura diferente e uma outra concepção de saber que implicava na independência das leis eclesiásticas.

A avalanche de textos filosóficos, entrados no Ocidente, nos séculos XII e XIII, abalou esta mundivivência, pois trazia consigo uma leitura diferente do mundo, em cujo bojo se encontrava também uma nova concepção de saber, a qual a seu modo, implicava independência ante as leis eclesiásticas. A crise, que se prenunciava no início do século XII, tomou corpo, como vimos, a partir de 1260 e passou a preocupar os teólogos parisienses [...] (DE BONI, 2010, p. 76).

Nesse sentido, surgem muitos homens dedicados ao saber racional, ou seja, à busca de uma filosofia que não dependia da fé, da revelação, atraindo assim vários alunos interessados em suas aulas. Esse movimento fomentou condições para que, no século XII, ocorresse uma grande circulação de alunos entre regiões em busca do saber, muitas cidades tornaram-se famosas por possuir mestres que ofertavam disciplinas específicas. A título de exemplificação, citamos a França, onde o ensino de gramática e letras apresentava-se como um ensino de retórica epistolar, possibilitando que, no início do século XII, Paris se tornasse referência em educação, processo que culminou na Universidade de Paris, umas das mais importantes do período medieval.

Nesse momento, a universidade passou a ter grande valia e utilidade social, pois a Igreja e a sociedade passaram a reconhecê-la como meio de desenvolvimento social. Por meio dela formavam-se canonistas, teólogos e juristas, formados pelo direito romano, o que propiciava o fortalecimento de, pelo menos, dois aspectos: a luta contra as estruturas feudais, bem como a promoção do prestígio e o desenvolvimento social da cidade na qual a universidade estava instaurada (VERGER, 1998). Sob este aspecto, concordamos com Oliveira (2007) a respeito do pensamento de que dois fatos históricos marcaram o surgimento da universidade e contribuíram para o seu desenvolvimento: o conflito político entre os poderes laico e eclesiástico e a disseminação do pensamento Aristotélico no Ocidente.

É importante ressaltarmos que a universidade da Idade Média surgiu como uma corporação entre mestres e alunos que se reuniam para compartilhar conhecimentos. Essas aulas eram pagas aos mestres por partes dos alunos, de modo que cada aluno deveria arcar com sua viagem e com seu pagamento por aula. Por isso é preciso observar que, apesar do surgimento de várias instituições escolares ao longo dos séculos XII e XIII, nem todas obtiveram êxito. Em 1300 existiam cerca de quinze universidades europeias constituídas, no entanto, em Bolonha e Paris não perderam seu prestígio.

Segundo Nunes (1979), no século XII, o pensamento aristotélico foi introduzido no Ocidente por meio das traduções dos textos filosóficos gregos e muçumanos para o latim, visto que, até então, eram disponibilizadas apenas as traduções árabes. A partir dessas traduções foi possível a disseminação do estudo da filosofia aristotélica viabilizando um novo olhar às reflexões filosóficas da época.

O autor supracitado elucida que essas traduções propiciaram à filosofia ser analisada como ciência, estudada no âmbito religioso, dando vasão à expansão da filosofia escolástica, promovendo uma revolução cultural e educacional. Nessa perspectiva do alargamento das discussões filosóficas por meio das traduções das obras aristotélicas, podemos concluir que foram as escolas religiosas e o aumento do saber pelas traduções de filosofias gregas e árabes que deram impulso ao surgimento das universidades.

Com efeito, considerando essas transformações sociais, econômicas, religiosas e intelectuais podemos perceber que Alberto Magno foi inspirado pelos ideais de sua época, pois, ao pensar o bem comum como meta de formação de homem, o filósofo indicava os anseios da sociedade em que vivia. É, pois, neste novo cenário que nasce a ideia de um novo homem, modificando o comportamento humano e dando às relações sociais características mais complexas, que exigiam um modelo diferente de homem em consonância com os interesses desse tempo (RODRIGUES, 2015).

Desse modo, influenciado por esses pensamentos cristãos e filosóficos, seja no interior da Ordem, seja na universidade e inspirado pelo intuito de formar um novo homem social em consonância com o cenário histórico, Alberto Magno desenvolveu uma teoria educacional e moral baseada no pensamento aristotélico. Assim, o pensador defendeu a ideia de que essa sociedade só poderia ser assegurada se os homens fossem dotados de virtudes morais, em especial da prudência. (RODRIGUES, 2015).

De acordo com Rodrigues (2005), Alberto Magno, então, considerou que seria possível alcançar essa virtude apenas por meio do estudo baseado na memória, inteligência e providência, pois esses elementos teriam como objetivo aperfeiçoar a prudência. Devido a essas formulações, é que procuramos analisar o projeto educacional albertiniano com o propósito de entender como uma formação pode garantir a constituição de um homem, e mais, permitir que ele tenha como fio condutor de suas ações a virtuosidade e, conseqüentemente, o entendimento de que seus atos devem ser direcionados ao bem comum de todos os indivíduos

Desse modo, ainda segundo Rodrigues (2005), por meio de seu projeto educacional, Alberto Magno buscou respostas sobre como atingir a verdadeira sabedoria que, para ele, baseava-se em conhecer a ordem da criação divina e, portanto, ele procurou demonstrar isso por meio da revelação da fé e da filosofia aristotélica.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS VIRTUDES

A prudência, de acordo com Alberto Magno, é considerada como uma virtude do hábito, pois baseia-se nas ações humanas, dessa forma, ela teria como objetivo principal guiar o homem ética e moralmente para a vida em sociedade. Assim, procuraremos compreender o que é a prudência e como ela pode interferir nas ações humanas, tendo como

base de reflexão teórica os pensamentos de Alberto Magno e de autores que influenciaram-no (COSTA, 2022).

Japiassú e Marcondes (2001, apud COSTA, 2022) ponderam que a prudência é originária do termo grego *phronesis*, tratado na *Ética a Nicômaco* de Aristóteles (1991) como uma sabedoria prática, considerada como uma virtude intelectual, pois objetiva conduzir o homem a pensar e a repensar suas ações, de forma a valer-se de um discernimento para que, nas suas atitudes, possa escolher conscientemente aquilo que é bom ou mal, não só a ele mas a sociedade em qual faz parte.

É neste sentido que o estudo aristotélico a respeito da ética moral e humana se torna importante, pois a mesma confere ao homem a possibilidade de refletir sobre como suas ações, ainda que estritamente rotineiras, podem implicar na vida coletiva.

A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática. E é um meio-termo entre dois vícios, um por excesso e outro por falta; pois que, enquanto os vícios ou vão muito longe ou ficam aquém do que é conveniente no tocante às ações e paixões, a virtude encontra e escolhe o meio-termo. E assim, no que toca à sua substância e à definição que lhe estabelece a essência, a virtude é uma mediania; com referência ao sumo bem e ao mais justo, é, porém, um extremo (ARISTÓTELES, 1991, p. 38)².

Aristóteles (1991), ao defender a ética como uma parte das ações humanas, explicita a ideia de que enquanto indivíduo social, é necessário que o homem busque agir de forma que assegure o bem a todos. Em outras palavras, a ética deveria ordenar a vida dos homens em sociedade e ela só poderia ser alcançada por meio das virtudes (SILVEIRA, 2000).

A virtude, pela perspectiva aristotélica, define-se como uma disposição de caráter, pois relaciona-se com nossas escolhas. Logo, ser virtuoso é ser dotado de uma sabedoria prática, uma mediania entre os vícios de excesso, é conduzir-se em escolher as ações de forma que garantam o bem a si e ao seu próximo (COSTA, 2022).

Partindo da teoria aristotélica, Alberto Magno desenvolveu o estudo a respeito da busca do bem e das virtudes: fortaleza, temperança, prudência e justiça. Esta obra albertiniana teve como objetivo guiar o homem para que ele vivesse bem em sociedade, o que se concretizaria a partir do momento que o homem pudesse, de fato, evitar aquilo que pudesse fazer mal a si e aos seus pares. Desta forma, o autor considera que o homem só poderia alcançar essas virtudes por meio da prudência que é o *auriga* de todas as virtudes. Isso

² A partir desta citação, em todas as passagens de obras clássicas faremos a referência no corpo do texto segundo as normas da ABNT e, em nota de rodapé, referenciaremos a citação em consonância com as normas internacionais para obras clássicas (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, L. II, § 41).

significa que, como virtude principal, é a prudência que conduz o homem a todas as outras virtudes (RODRIGUES, 2015, apud COSTA, 2022).

É preciso considerarmos que a teoria moral e ética aristotélica tem como fundamento os princípios platônicos, pois, em sua obra (*República*), especialmente no livro quinto, Platão (2017)³ utilizou a metáfora de que o corpo social deveria ser cuidado com o mesmo zelo que o corpo humano, caso contrário, esse adoeceria. Neste sentido, apresentou também a ideia de que a tarefa de cuidado e, conseqüentemente, saúde do corpo social pertencia ao Rei, ou seja, ao governante. Assim, seria necessário que o mesmo possuísse como princípio de suas ações a sabedoria e algumas virtudes como a coragem, a justiça e a temperança.

Baseado nos ideais platônicos, Aristóteles (1991) na obra *Ética a Nicômaco* utilizou-se desses exemplos para defender que a falta de mediania nas ações humanas traz malefícios não só ao corpo humano, mas também ao social, afetando negativamente a sociedade em que está inserido (BOVETO, 2010).

Rodrigues (2015) revela que Alberto Magno definiu o conceito de prudência relacionando-o com o que é difícil e bom, pois agir prudentemente significa ir contra ao apetite, que busca como forma natural o prazer. Em outras palavras, o homem prudente deve agir, pautado na reta razão, de forma que o conhecimento se torne prático, por isso, é difícil ao homem. Desse modo:

[...] nenhuma forma de prudência tem a ver com o que é difícil e o que é bom é falsa, porque forma a prudência como a virtude diz respeito ao que é difícil e ao que é bom. Ao argumento, pois, com que é comprovada esta afirmação, cumpre responder que a prudência como virtude não é do verdadeiro enquanto verdadeiro, nem do provável enquanto provável, mas antes do verdadeiro e do provável do ponto honesto. E isto também tem a mesma dificuldade que tem uma virtude que é apenas operativa. Quando, com efeito, eu opero ações justas e castas, estas têm dificuldades em si, pois são contrárias ao apetite do sentido por causa da continência do ímpeto da potência apetitiva sensível; mas estas pela reta razão que está nelas, constituem a prudência. Ora, escolher e seguir a reta razão é difícil pela mesma razão. Porque significa que o apetite sensível é contrariado, e assim é evidente em que modo a prudência tem a ver com o que é difícil e o que é bom (ALBERTO MAGNO, 2017, p.29)⁴.

Para o autor, ser prudente é pensar sobre suas ações; é agir de forma a considerar as implicações que as ações desempenharão sobre a sociedade em que o indivíduo está inserido. Ao defender essa ideia, o filósofo nos leva a seguinte questão: Mas como é possí-

3 PLATÃO, *A República*, L.V

4 ALBERTO MAGNO, *Tratado sobre a prudência*, q.1 art. 1, solução, §4.

vel ao homem escolher atitudes nobres, visto que por natureza busca a satisfação de seus interesses?

Para refletir sobre a questão que se apresenta é preciso considerar que Alberto Magno, acreditava na capacidade humana de escolher atitudes nobres, mesmo que por natureza ele busque a satisfação de seus interesses. Para ele, por meio do exercício da razão e do livre-arbítrio, o homem é capaz de discernir entre o bem e o mal e declinar dos vícios, posto que a razão o levaria a pensar, refletir, avaliar suas ações e optar pelo moralmente correto, mesmo que contrarie seus interesses pessoais. Portanto, para Alberto Magno, a escolha de atitudes nobres não depende apenas da natureza humana, mas também da capacidade do homem de usar sua razão, ou seja, ele baseou-se nos fundamentos aristotélicos, especialmente no que diz respeito ao conhecer do homem para assim entender como as ações podem vincular-se ao conhecimento. Segundo Costa (2022), para o pensador grego, o homem é capaz de refletir sobre suas ações por meio da razão e é isto que lhe dá o direito e a possibilidade ao conhecimento, visto que “[...] só o homem, de entre todos os seres vivos, possui a palavra” (ARISTÓTELES, 1996, p.56)⁵.

Para o *doctor universalis* a razão é considerada a potência da alma e tem relação com as ações humanas, pois o hábito de optar por ações prudentes aperfeiçoam a razão.

Igualmente, toda potência da alma que diz respeito às ações é aperfeiçoada com um hábito que é uma virtude. A razão é a potência da alma que, entre as outras maiormente tem a ver com as ações; logo, é aperfeiçoada por um hábito que é uma virtude; mas o hábito da razão em relação às ações é a prudência; logo, a prudência é uma virtude (ALBERTO MAGNO, 2017, p. 41)⁶.

Alberto Magno, ao apresentar a prudência como parte da moral e ética humana, indica a influência da teoria aristotélica sobre ele. Pois em a *Ética a Nicômaco*, Aristóteles (1991)⁷ sustenta a ideia de que existem duas virtudes humanas: intelectual e moral. No que diz respeito a intelectualidade, o autor apresenta que a mesma nasce por meio do ensino e do estudo, já a moral advém dos hábitos, elas não nascem da natureza humana e só podem ser desenvolvidas por intermédio do exercício, ou seja, o homem só se torna justo, praticando a justiça.

Deste modo, a prudência para o autor dominicano é considerada como uma ciência prática que conduz o homem ao exercício de repensar sobre suas ações (RODRIGUES, 2015). O homem prudente, portanto, é aquele que analisa se suas ações podem trazer benefícios ou malefícios para si e para outrem, buscando sempre a justiça como princípio, tendo como fim último a ação humana. Logo, concordamos com Rodrigues (2015) quanto

5 ARISTÓTELES, *Política*, L. II, cap. II, 1253a

6 ALBERTO MAGNO, *Tratado sobre a prudência*, q.1. art. 1. §.9

7 ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, L. II. §1.

à compreensão da prudência como virtude propensa ao bem superior: pois, para o Alberto Magno, o bem comum relaciona-se ao bem supremo, ao bem geral, ou seja, ao bem de todos, ao interesse público. Portanto, é superior ao bem individual.

Ao que se procura na quinta definição que a prudência é a ciência das coisas que devem ser evitadas e das coisas que devem ser desejadas, cumpre dizer que aquela definição foi dada pela relação da prudência com sua matéria, porque as coisas que devem ser evitadas e as que devem ser desejadas são as coisas ordenadas para ação nas quais a prudência deve conhecer e escolher (ALBERTO MAGNO, 2017, p. 64)⁸.

Nesse sentido, podemos afirmar que, segundo o autor, a matéria principal da prudência é o que será feito e suas consequências. Portanto, o homem deve estudar também o que deve ser feito e como agir. Assim, a prudência é considerada como a única virtude boa, justa e honesta. Desta forma, para que o homem escolha de modo prudente é necessária uma instrução que lhe garanta conhecer o que pode ser bom. Agir bem⁹ é agir com prudência e, assim, agir para o bem da criação divina que é o homem (RODRIGUES, 2015, apud, COSTA 2022). No entanto, cabe-nos entendermos como seria possível garantir a prática dessa virtude.

Para essa resposta, Alberto Magno indica três aspectos da prudência, expondo, desse modo, seu projeto educacional, que depende da memória, da inteligência e da providência.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONHECIMENTO EM ALBERTO MAGNO

Alberto Magno defende o conhecimento como a base para o homem prudente e, conseqüentemente, para a sociedade que visa o bem comum. Ao defender esse argumento, o autor caracteriza a prudência como ciência do hábito, alegando a necessidade de um conhecimento para operá-la. Esse hábito, segundo o autor, é adquirido pelo estudo e pelo ensino, do mesmo modo como afirmou Aristóteles (1991) no livro sobre a metafísica. Para o Filósofo, sábio é aquele que escolhe as coisas difíceis:

Mas, aquilo com que se comprova com esta afirmação, cumpre responder que há um equívoco entre prudência e prudente, porque a prudência é o nome da ciência e é o nome da virtude; e quando é o nome da virtude; e quando é o nome ciência, há ainda um equívoco entre o hábito para conhecer e o hábito para operar adquirido pelo estudo e pelo ensino. E Aristóteles, naquele lugar, fala do prudente pelo que é substituído pelo sábio. E por isso também Boécio fala o mesmo do sábio no livro *Sobre a Trindade*, dizendo assim “É próprio do homem erudito procurar entender a

8 ALBERTO MAGNO, *Tratado sobre a prudência*, q.1, art. 2, solução, § 25

9 O bem a que se refere é o bem divino, o qual procede do poder Criador de Deus (aspecto teológico) e o que identifica a própria existência humana (aspecto metafísico). (RODRIGUES, 2015).

verdade de cada coisa assim como ela é”. E Aristóteles, no primeiro livro da *Velha metafísica*, diz que é julgado sábio “aquele que conhece as coisas difíceis e não as coisas simples a serem conhecidas pelo homem”, este é quem indaga todas as coisas interiormente. [...] sendo que “é próprio do homem prudente indagar a certeza em qualquer gênero, segundo aquilo que a natureza da coisa admite”, é próprio do prudente, nas matemáticas, não dizer probabilidades, porque a natureza da coisa exige causas imediatas necessárias, pelas quais há uma demonstração, e é próprio do prudente, na retórica, comprovar com sinais e reflexões, pois não é possível fazer uma acusação com causas necessárias, mas com sinais (ALBERTO MAGNO, 2017, p.31)¹⁰.

De acordo com essa passagem, Alberto Magno observa ser necessário, ao homem prudente, saber controlar o hábito. Ou seja, a pessoa prudente precisa ter conhecimento sobre suas possíveis ações na prática, indagando sobre as prováveis consequências de seus atos, portanto, prudente é aquele que reflete antes de agir.

Partindo da necessidade de formação e educação de indivíduos moralmente orientados, Alberto Magno propõe uma educação que dê condições a todos de participarem desse processo. Segundo Rodrigues (2015), ele defendia a ideia de uma educação iniciada na infância na qual os pais seriam considerados autoridades educacionais e, por isso, deveriam ter conhecimento sobre o que ensinar em cada idade.

Para a autora, a educação apresentada pelo mestre dominicano é baseada na autoridade familiar como modo de respeito dos filhos aos pais e avós, a quem recaía a função de ensinar comportamentos a serem praticados na vida em família e em sociedade. Assim, a educação moral delinear-se-ia na vida familiar, de forma que, além de educar seus filhos, os pais também eram responsáveis por serem moralmente educados (RODRIGUES, 2015).

Para Rodrigues (2015), o projeto de Alberto Magno sobre a educação é o de os homens atingirem o bem comum. A autora compreende que nesse processo o filósofo aponta a família como responsável pela educação inicial.

[...] a educação proposta por Alberto Magno era para todos e igual para todos, de modo que não houvesse conflito entre os diferentes segmentos da sociedade. A criação de diferentes formas de educação por diferentes segmentos poderia colocar em risco a própria existência do estado (RODRIGUES, 2015, p. 138).

Podemos entender que Alberto Magno propõe uma educação que tenha como base toda a sociedade, inserindo em sua proposta, a família e o governante. Assim, a ideia educacional de Alberto Magno baseia-se na teoria de bem comum de Aristóteles, pois, como afirma Rodrigues (2015), a teoria política aristotélica define o governante como um dos segmentos mais responsáveis para assegurar o bem comum aos homens, visto que ele é considerado superior por governar seus pares. Portanto, é tarefa dos governantes anular, em linhas gerais, os seus interesses privados e defender os interesses de todos os súditos.

10 ALBERTO MAGNO, *Tratado sobre a prudência*, q.1, art. 1, solução, §5.

Diante ao exposto, é possível observar que a ideia de educação em Alberto Magno está estritamente ligada à ideia de prudência. Portanto, para que o homem possa agir com prudência é preciso que, segundo Alberto Magno, seja guiado por três formas de conhecimento, a saber: a memória, a inteligência e a providência.

AS PARTES DA PRUDÊNCIA EM ALBERTO MAGNO

Ao indicar a memória como pressuposto da prudência, o mestre Alberto tem como base os princípios cristãos. Segundo Rodrigues (2015), Alberto Magno entende o homem como um ser formado de matéria (corpo) e forma (alma). A alma para o autor é considerada como princípio vital que possibilita ao homem conhecer a si mesmo, a base para o conhecimento e o princípio do ser

Rodrigues (2015) destaca, ainda, que a alma racional para o filósofo é considerada como primeiro princípio espiritual porque dá ao homem sensibilidade, inteligência e movimento. Partindo dessa ideia de alma racional, podemos afirmar que a memória é apresentada como função da alma intelectual, uma capacidade em função da inteligência humana considerada como superior. É necessário ressaltarmos que, segundo a sua perspectiva de que tudo procede de Deus e que aos homens compete alcançar a sabedoria divina pelo esforço e pelo estudo, analisamos sua concepção de memória. Ele a situa no campo do intelecto humano, entendendo-a como parte da alma racional. É pelo intelecto adquirido que o homem pode alcançar a ordem da Criação, portanto, a verdadeira sabedoria divina. Mas, como seria a memória como pressuposto da inteligência?

Dizemos que a memória é uma parte da prudência, pois a memória cai na razão da reminiscência. De fato, como a prudência escolhe as coisas que ajudam daquelas que estorvam nas obras, é preciso que ela proceda indagando e, assim, é necessário que ela proceda de um princípio determinado e, através das probabilidades torna-se operável em propósito, e, por isso como procede das coisas passadas, lança mão da memória, pelo que é parte da reminiscência (ALBERTO MAGNO, 2017, p.141)¹¹.

Alberto Magno indica que a memória é a reminiscência do hábito. Em outras palavras, é o ato de recordar sobre suas ações em dois modos: uma como potência imperfeita e a outra no hábito do conhecimento.

O filósofo defende a memória como hábito cognitivo e moral, pois ela se dá nas práticas morais baseadas no exercício cognitivo de escolhas das ações: uma função da alma intelectual. Portanto, para Alberto Magno, a memória não é uma faculdade que se preocupa apenas com a busca do passado. Ela procura o conhecimento guardado na alma, de modo

11 ALBERTO MAGNO, *Tratado sobre a prudência*, q.2, art.1, solução

que possa direcionar as escolhas do bem e do mal, nas ações humanas (COSTA, 2022). Dessa forma, ela está ligada à inteligência humana.

Para Alberto Magno, a inteligência é uma virtude lógica e intelectual, que faz parte da prudência, em potencialidade. Ela se refere ao discernimento, visto que é ela que dá ao prudente a condição de escolher o que deve fazer e o que deve evitar. Enfim, é a parte prática do ânimo.

Cumprir dizer que a inteligência é uma virtude lógica e intelectual, e também uma parte potencial da prudência. Com efeito, a inteligência é discernimento e luz que nasce no ânimo por uma penetração sutil das coisas que estão em volta de uma atividade presente. Por isso, de fato, o prudente se torna capaz de escolher o que deve operar ou evitar. Donde é evidentemente em que modo a inteligência completa nalgum modo a potência da prudência e, assim, é parte dela (ALBERTO MAGNO, 2017, p 170.)¹².

O filósofo apresenta que a inteligência não se trata de uma potência intelectual especulativa, pois a mesma só pode ser adquirida pelo auxílio da providência e da memória, as quais analisam as ideias passadas com as futuras, apresentando-se como uma inteligência prática que se preocupa com a sociedade na qual o indivíduo insere-se (ALBERTO MAGNO, 2017)¹³.

Segundo Rodrigues (2015), a inteligência humana para Alberto Magno tem origem em Deus, pois ela se dá a partir da luz divina da fé, como apresentado nos Salmos “[...] 42-43, 3 - Manda a tua luz e a tua verdade para que elas me ensinem o caminho e me levem de volta a Sião, o teu monte santo, e ao Templo, onde vives” (Bíblia apud RODRIGUES, 2015, p. 127).

Para ele, esta inteligência é adquirida por Deus, pois a ciência divina é capaz de explicar todas as coisas. Este intelecto capacitado para discernir as coisas é apresentado por ele como ação de Deus no homem, pois ele permite ao homem alcançar o conhecimento elevado (RODRIGUES, 2015).

Considerando a inteligência como parte presente da prudência, o autor observa a providência como parte futura. Segundo Alberto Magno, providência é aquilo que ajuda o homem nas escolhas de suas ações pensando no que pode acontecer. Constitui, portanto, em considerar as implicações das ações:

Ao primeiro ponto que é objetado, pois, cumprir dizer que as coisas futuras, sendo que estão na dependência do livre arbítrio, não há quem as conheça senão Deus. Mas, assim a providência não é própria dessas coisas, antes disso, considera algum fato ou algo a ser feito hipnotizado sobre o caso futuro que segue como efeito

12 ALBERTO MAGNO, *Tratado sobre a prudência*, q.2, art.3, solução.

13 ALBERTO MAGNO, *Tratado sobre a prudência* q.2, art.3. solução.

ou por direito, julga aquele fato, se é bom que ele aconteça ou não. E, por isso, providência em si não procede para as coisas futuras enquanto são dependentes do livre arbítrio, mas por ser efeito ou sequela de um fato que a providência supôs, para conhecer depois dos casos seguintes se fosse oportuno que acontecesse ou não (ALBERTO MAGNO, 2017, p.176)¹⁴.

Segundo Alberto Magno, o homem é dotado de livre arbítrio, que lhe dá a possibilidade de refletir a respeito das ações considerando-a boa ou má. Sendo assim, a providência é aquilo que dá ao homem condições de analisar fatos e tomar decisões futuras. Como apresenta Rodrigues (2015), é importante ressaltar que a providência referida pelo autor como parte da prudência não se trata de providência divina, mas, sim de prever as coisas futuras.

Portanto, a providência procede dos acontecimentos humanos, pois as escolhas humanas emanam do livre arbítrio, partindo do uso da memória e inteligência, tendo a providência como instrumento de análise das consequências futuras.

Desse modo, ao considerarmos a prudência como elemento fundamental na teoria educacional do filósofo dominicano, não estamos apenas enfatizando a formação moral dos indivíduos que formamos, mas também reconhecendo a importância da formação prudente para o convívio em sociedade e, por isso, pensando também na necessidade dessa formação aos responsáveis pela ordem social.

ALBERTO MAGNO E SUAS INFLUÊNCIAS

Ao estudar a virtude da prudência, Alberto Magno afirma que nas escolhas das ações boas há uma virtude que guia o homem no discernimento entre o que é bom ou mal (RODRIGUES, 2015). Para o autor, a prudência é a ciência de todas as outras, pois ela escolhe com a ajuda da reta razão o que é útil e não escolhe, portanto, pela natureza das coisas, mas para a sua finalidade.

Baseando-se nessa ideia, Tomás de Aquino define a virtude da prudência. Para ele, a prudência é definida como uma virtude em si mesma, uma virtude moral e intelectual, pois é ela que aprimora as potencialidades humanas.

[...] para agir bem, é necessário que não só a razão esteja bem-disposta pelo hábito da virtude intelectual, mas que a potência apetitiva também o esteja pelo hábito da virtude moral. Tal como o apetite se distingue da razão, assim também a virtude moral se distingue da intelectual. E como o apetite é princípio dos atos humanos enquanto participa, de algum modo, da razão, assim o hábito moral tem a razão de

14 ALBERTO MAGNO, *Tratado sobre a prudência*, q.2, art.4, solução, §1.

virtude humana, na medida em que se conforma com a razão (TOMÁS DE AQUINO, 2004, p. 132)¹⁵.

Segundo Oliveira (2009), para Tomás de Aquino a prudência é a capacidade de discernimento entre os fatos, sendo parte do intelecto humano, portanto, parte da razão. Para ele, homem prudente é aquele que sabe agir e que não conhece só o passado, mas analisa o seu presente, refletindo sobre o futuro. Considerando esse pensamento, para o autor, como é possível o homem adquirir tal virtude?

Em relação a análise de Tomás de Aquino acerca da prudência, Oliveira (2009) afirma que o pensador, ao apontar a prudência como virtude, defende-a como algo que provém da razão, conduzindo as ações humanas e fazendo parte das virtudes morais adquiridas pelo hábito do bem agir.

O filósofo, ao desenvolver a sua teoria sobre o hábito do bem agir, apresenta a ideia de que o homem só pode desenvolvê-lo a partir do ensino e do conhecimento. Defendendo a fusão entre a filosofia cristã e a greco-latina, aponta que o ensino ocorre por meio da fé, que potencializa o conhecimento, visto que a razão e a fé unidas dão ao homem a possibilidade de ensinar e aprender. Assim, para desenvolver os bons modos, tão necessário quanto a pessoa que ensina é aquela que se dispõe a aprender. Por conseguinte, para a filosofia tomasiana, o homem possui naturalmente uma potência intelectual e uma moral que se reforçam pela prática, podendo ser desenvolvidas por meio do ensino (BOVETO, 2010).

Neste sentido, Tomás de Aquino considera o homem como um ser dotado de alma que é o intelecto e vontade, duas potências presentes que dão ao homem a característica de ser racional. O intelecto é considerado responsável pelo aprender e pela reflexão de suas ações. Já a vontade guiada pela razão leva o homem a bem agir de modo que chegue a Deus e ao bem comum (SANTIN; OLIVEIRA, 2008).

Desta forma é possível compreender que, segundo Tomás de Aquino, os homens possuem em comum o intelecto e a vontade, porém ao buscar o conhecimento, o homem desenvolve reflexões que permitem-no entender a necessidade dos atos serem guiados pela razão e não pela vontade, pois assim seria possível garantir o bem comum. “Com efeito, nada é parte de si mesmo. Ora, previdência e prudência parecem ser idênticas. Com efeito, Isidoro diz: ‘O prudente é assim chamado porque é como aquele que vê ao longe’” (TOMÁS DE AQUINO, 2012, p.568)¹⁶.

Ao desenvolver a moral, podemos entender que Tomás de Aquino tinha como finalidade levar o homem a Deus, chegar à Verdade defendida por ele e, conseqüentemente, à ordem de uma sociedade (BOVETO, 2010).

Assim, é possível percebermos a influência da filosofia de Alberto Magno nas questões morais e de conhecimento do século XIII. Por esse viés, é possível percebermos que,

15 Tomás de Aquino, *Suma Teológica*. I^a II^a, V.IV, Q. 58, a. 2.

16 TOMÁS DE AQUINO, *Suma teológica*, II^a II. V.V, Q. 49, a.6.

ao tratarem das ações humanas, tanto Alberto Magno como Tomás de Aquino entenderam ser necessário tratar do homem em sua animalidade e racionalidade.

[...] essas aproximações, em nosso entendimento, são relevantes no sentido de percebermos dois aspectos fundamentais: a compreensão do homem parte, em grande medida, da observação confusa de seu comportamento; quanto mais essa observação une empiria e raciocínio (sentidos e intelecto), mais completas são as conclusões. (BOVETO, 2010, p. 208).

Essas aproximações da autora evidenciam que, ao integrar a observação empírica e o pensamento, é possível compreender não apenas as ações e comportamentos visíveis do homem, mas também os motivos subjacentes, as emoções, os valores e as crenças que influenciam seu comportamento.

Essa “abordagem” mais abrangente nos permite ter uma visão mais completa e complexa do ser humano. Desse modo, podemos afirmar que assim como Alberto Magno, Tomás de Aquino apresentou as virtudes como princípio de garantia de um bem comum à sociedade e defendeu que o conhecimento deve ser aplicado às atitudes e práticas humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alberto Magno foi um pensador fundamental do século XIII, influenciando intelectuais na sua época e até os dias atuais. Ao apresentar seus estudos sobre a moral e o conhecimento, o filósofo dominicano tratou sobre as questões de seu tempo, o que nos possibilita repensarmos a respeito da sociedade contemporânea.

A partir de suas reflexões acerca da virtude da prudência podemos depreender a sua proposta de formação humana e, ao pensarmos em como a virtude da prudência pode interferir no processo social e educacional, nos baseamos nos pressupostos albertinianos para refletir também sobre o projeto educacional de nossos dias. Para Alberto Magno somente por meio da formação e do estudo é que o indivíduo poderia agir de modo a assegurar o bem comum de toda a sociedade.

A prudência revela-se, nas reflexões do pensador, como a norteadora das ações boas. Em outras palavras, é necessário que o indivíduo reflita sobre seu modo de agir, buscando sempre a cordialidade. Nesse sentido, agir de forma prudente como indica o pensador dominicano faz parte do hábito humano, alcançado por meio do estudo baseado nas virtuosidades morais.

É possível, então, por meio da teoria de Alberto Magno, refletirmos sobre a importância de agir com prudência, pois são as nossas ações que construirão a sociedade, daí a relevância do professor conhecer e praticar a prudência em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ALBERTO MAGNO. **Tratado sobre a prudência**. Tradução Matteo Raschiatti. São Paulo: Paulus Editora, 2017. Coleção Filosofia medieval.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco; Poética**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores; v. 2).

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: António Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Editorial Vega, 1998.

BOVETO, Laís. **Um estudo sobre o conceito de hábito em Aristóteles e Tomás de Aquino**. 2010. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/textos/tcc_2010/Lais_Boveto.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício de historiador**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1978.

COSTA, Larissa Moreira da. **A memória como condição de formação do homem prudente em Alberto Magno**. Maringá, 2022. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/teses-e-dissertacoes-1/dissertacoes-1>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

DE BONI, Luís Alberto. **A entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval**. Porto Alegre: EST, 2010, p. 57-131.

DI MARE, Rocco Alfredo. **A concepção da teoria evolutiva desde os gregos: ideias, controvérsias e filosofias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Tradução de José Rivair Macedo. Bauru: Edusc, 2005.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Tradução de Jaime A. Clasen-Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação na Idade Média**. São Paulo: EPU: EDUSP, 1979.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais é a preservação de uma instituição educacional. **Varia Historia [online]**. Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 113-129, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/cXPxM5pdFbzfV6h987cLzMm/?lang=pt>>. Acesso em: 02 jan. 2023.

A prudência como princípio no projeto educacional...

OLIVEIRA, Terezinha. A importância da leitura de escritos tomasianos para a formação docente. **Notandum**. São Paulo/ Porto, set.- dez. 2009, n 21, p.75-83. Disponível em: <https://www.academia.edu/35021874/a_import%C3%A2ncia_d_a_leitura_de_escritos_tomasianos_para_a_forma%C3%87ao_do_cente>. Acesso em: 23 fev. 2023.

OLIVEIRA, Terezinha. Poder e Escolástica no Ocidente Medieval. **Dimensões**: Revista de História da Ufes, ISSN-e 2179-8869, ISSN 1517-2120, Nº. 25, 2010, p. 266-285. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3638017>>. Acesso em: 14 maio 2023.

PLATÃO. **A República**: uma introdução à filosofia. Fernando Mauricio da Silva. 1 ed. Guarapuava: Apolodoro Virtual Edições, 2017.

RODRIGUES, Divânia Luiza Rodrigues. O conceito de memória na obra filosófica de Alberto Magno e seu significado para a educação. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/teses/2015%20-%20Divania.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SANTIN, Rafael Henrique; OLIVEIRA, Terezinha. O método escolástico em Tomás de Aquino: um estudo no campo da história da educação. **Anais da XI Jornada de Estudos sobre o Ensino de Matemática**, Maringá, v. 1, p. 1-14, 2008. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2008/pdf/p012.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SILVEIRA, Denis. As Virtudes em Aristóteles. **Revista de Ciências Humanas**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, p. 1-37, janeiro 2000. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/viewFile/203/372>>. Acesso em: 18 mar. 2023.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Volume I, III e IV. São Paulo: Loyola, 2004.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. A fé, a esperança, a caridade, a prudência: volume V. São Paulo: Loyola, 2012.

VERGER, Jacques. Os professores. In: RUEGG (Coord). **Uma História da Universidade da Europa**. Lisboa: Casa da Moeda, 1996.

VERGER, Jacques. Universidades e Escolas Medievais do final do século XV. In: Hilari, G. Vial, J. Dir. **História mundial da educação**. v.1-. Porto (Portugal), p. 261-288, 1998.